

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, lowercase, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Política Familiar [Family Policy]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Lobo Xavier, Rita
Publisher	Conselho Nacional de tica para as Ci ncias da Vida
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-08 13:31:01
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/226594

Comentário

Rita Lobo Xavier

1.

A primeira comunicação desta tarde foi sobre Políticas da Família. A Prof^ª Maria do Rosário estranhou o título, e vou começar por esclarecê-lo porque deve-se a sugestão minha. A diferença entre um “de” e um “da” não é despicienda, num país em que tal diversidade deixou recentemente os eleitores em suspenso, tendo a questão da distinção Presidente “de” Câmara ou Presidente “da” Câmara suscitado a intervenção do Tribunal Constitucional.

Em Políticas *da* Família, a contração da preposição *de* com o artigo *a* indica uma relação de posse ou de pertença a uma entidade, a uma instituição, pressupondo uma determinada finalidade ou destinação. O título Políticas *de* Família sugeriria simplesmente um assunto, um tema, um conteúdo genérico. Seja como for, durante a sua intervenção, a Prof^ª. Maria do Rosário falou de Políticas *para a* Família. Estamos afinal de acordo e a falar da mesma coisa. *Para* é também uma preposição que indica uma relação de fim, de finalidade, um percurso com vista a um determinado objetivo.

Quando falamos em Políticas *da* Família, estamos assim a referir-nos a algo mais do que à mera convergência de políticas sectoriais; e a mais ainda do que a uma perspectiva integrada: trata-se de reconhecer a especificidade da Política *da* Família como conjunto de atuações destinadas a apoiar os indivíduos enquanto integrados numa comunidade mais pequena, enquanto membros de uma família, ou seja, que visam ajudá-los no exercício das suas responsabilidades familiares. Por isso, a designação de Políticas *da* Família não contém apenas a ideia de que todas as políticas devem convergir para a Família. Assim é, como notou a Prof^a, em relação a todas as áreas da intervenção política, do ambiente à saúde e educação, e da habitação à justiça. Como foi salientado por ambos os conferencistas desta tarde, a Política *da* Família envolve também a consciência de que toda a atividade política e a própria ausência dela tem impacto na Família. Mas, sobretudo, importa não esquecer que a Política *da* Família tem um âmbito próprio e instrumentos próprios.

2.

Não há política neutra do ponto de vista ideológico, não há política neutra em relação à Família.

A Senhora Prof^a Maria do Rosário apelou a uma clarificação ideológica e desejou um núcleo comum de intervenção, para além das mudanças de governos, que fosse coerente e desse confiança às famílias; e mencionou os “medos ideológicos” que manietam a intervenção política.

Na verdade, não é desejável que continue a imperar o prejuízo ou preconceito que divide as políticas familiares entre “conservadoras” e “progressistas”. Aliás, desse ponto de vista, que considero obsoleto, falar em Família já seria em si mesma uma atitude “conservadora”, porque associada à ideia de preservar um modelo particular e reportado ao passado. Em Portugal estaria ligado aos tempos anteriores ao 25 de Abril. O “progressismo” estaria aliado à libertação das estruturas familiares opressivas e patriarcais; as estruturas familiares seriam estruturas de poder, de que seria preciso libertar os indivíduos, sobretudo as mulheres e as crianças. As

políticas “progressistas” focar-se-iam no género, na igualdade e na liberdade, na libertação das mulheres dos vínculos familiares encarados como pesados encargos. Esta visão facilmente e depressa se veio a tornar numa imposição de um modelo de família alternativo, ou mesmo no imperativo do multi-familismo.

Assim, o apelo feito pela Prof^a Maria do Rosário a um núcleo comum de intervenção é muito importante depois de um período em que se formou uma clivagem ideológica; em que se privilegiou a defesa e promoção dos direitos de cada indivíduo dentro da estrutura familiar; em que a Família não foi objeto de intervenção por si mesma, uma vez que a consideração da Família como comunidade era identificada politicamente com o passado e com a opressão das mulheres e do filhos. Como se pode concluir das comunicações do dia de hoje, incluindo as da parte da manhã, a ausência de Políticas da Família teve como consequência um aumento da pressão e do trabalho das mulheres (a dupla jornada); e a limitação dos direitos de escolha das mulheres: não existe escolha entre trabalhar e não ter filhos ou ter filhos, não trabalhar e ter uma diminuição de rendimentos (sobretudo numa época em que a economia está fundada na necessidade de dois ordenados).

3.

A relação entre Natalidade, Família e Política ficou bem explícita nesta Conferência. É certo que constituir família é em primeira linha uma decisão individual. Vimos hoje de manhã, a partir de estudos realizados, que as mulheres portuguesas querem ter filhos, ou melhor, que têm menos filhos do que aqueles que gostariam de ter. O desafio político já não é o de ajudar as mulheres a não terem filhos, mas sim o de ajudar as mulheres que querem ter filhos a tê-los. É de abandonar ao passado a ideia de que as mulheres têm direito a não ter filhos, ou que quando as mulheres escolhem ter filhos, escolheram mal, foram enganadas ou não foram livres. Hoje as mulheres devem ser ajudadas a ter os filhos que desejam ter.

Estamos, pois, na altura de ultrapassar esta perspetiva

do abismo entre conservadores e progressistas, desde logo, no plano da natalidade. Seria esta até uma matéria – a da necessidade de filhos – com potencial para se estabelecerem consensos. Uma ideia comum seria a da Família como um âmbito de atuação política, com entidade própria e importância social, como a mais pequena comunidade. A Família como eixo central da política, da Política da Família. A sociedade é plural e complexa, mas é possível estabelecer consensos e definir áreas comuns. Os nossos pontos de vista não são assim tão diferentes. Podem diferir depois as conceções e os tipos de atuação.

4.

É urgente unirmo-nos numa perspetiva comum voltada para a infância, para propiciar um ambiente humano para as crianças. Vimos, hoje de manhã, os dados, os números de indivíduos nados-vivos. Compreendemos que os sociólogos sejam mais descritivos, mas sabemos que as crianças são pessoas humanas e que carecem de um ambiente humano para se desenvolverem; nascem de um homem e de uma mulher que é bom que estejam para os acolher, isto é, é bom que esteja uma família à sua espera.

5.

O segundo orador desta tarde, o Prof. Bagão Félix, salientou a dimensão comunitária, a importância de articular a decisão individual no contexto comunitário, ou seja, a articulação com o bem comum.

As políticas sociais não substituem a Família, assim como o Estado não substitui. O individualismo como um valor exigiria um Estado protetor e onnipresente. Ora a falência do Estado Social traz à luz a fragilidade desta ideia e o valor da subsidiariedade: não é o Estado quem tem os filhos e nenhum Estado, por mais bem organizado que seja, chegará a cumprir as múltiplas funções que a Família realiza. A consideração da Família como um bem público, a valorização do investimento em filhos nascidos em famílias que os cuidem, eduquem, acompanhem e os tornem cidadãos úteis, e o alto

nível de retorno deste investimento subjazem à exposição do Prof. Bagão Félix. E o suporte normativo da política familiar reside nos dois princípios apontados pela Prof^a Maria do Rosário, o da subsidiariedade e o da universalidade.

6.

Termino, atrevido-me a formular uma conclusão. As políticas sociais não substituem a Família e esta precisa de um contexto favorável à geração e educação dos filhos, que é uma tarefa para décadas. As soluções não estão apenas nas prestações económicas ou nas medidas fiscais. Vimos hoje de manhã que os números recolhido nos países do norte da Europa apontam mais para os serviços e ajudas técnicas. Como foi salientado pelo Prof. Bagão Felix, ao Estado compete criar condições, eliminar constrangimentos, suprimir a injustiça decorrente da ausência de coeficiente familiar e de adequadas deduções fiscais em sede de IRS. Estamos todos de acordo, desde hoje de manhã: não acreditamos em políticas que apoiem a natalidade com subvenções. Encontro nas duas comunicações da tarde e também nas desta manhã um forte apoio para esta conclusão. A Prof^a Maria do Rosário Carneiro rejeitou veementemente uma política assistencialista. E o Prof. Bagão Félix formulou um desejo “minimalista”: “ao menos que os governantes e os deputados não estraguem”. •